

ESTATUTOS

I

Denominação, Sede e Objeto

Artigo 1º

1- A sociedade é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, com natureza intermunicipal, constituída sob a forma de sociedade anónima, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira, sem número de polícia, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, e adota a denominação "EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA", abreviadamente designada por "EHATB, EIM, SA".

2- Por deliberação do Conselho de Administração, poderá a sociedade deslocar a sua sede social dentro do mesmo Município, ou para Municípios dentro do Alto Tâmega, e criar, deslocar ou encerrar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação.

Artigo 2º

1- A sociedade tem por objeto social as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- d) Produção de energia elétrica;
- e) Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

2- A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local.

3- A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

II

Do capital social, ações e obrigações

Artigo 3º

1- O capital social é de NOVECENTOS MIL EUROS, integralmente subscrito em dinheiro, dividido em cento e oitenta mil ações de valor nominal de cinco euros

cada uma, estando realizado na totalidade na proporção das ações subscritas por cada um dos sócios.

2- O conselho de administração fica desde já autorizado a elevar o capital social até ao limite de UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL EUROS.

Artigo 4º

Os acionistas gozarão do direito de preferência na subscrição de novas ações, na proporção das ações que possuírem.

Artigo 5º

As ações são nominativas.

Artigo 6º

1 – A transmissão de ações nominativas fica dependente do consentimento da assembleia geral, cujo pedido é apresentado por escrito pelo transmitente com a indicação da identidade do transmissário e das condições do negócio.

2 – A sociedade pronuncia-se sobre o pedido de consentimento no prazo máximo de 60 dias, findo o qual, na falta de deliberação, se considera tacitamente autorizado.

3 – No caso de a sociedade recusar o pedido, fará obrigatoriamente adquirir as ações por outra pessoa, nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento; tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real das ações determinado nos termos do artigo 105º do Código das Sociedades Comerciais.

Artigo 7º

1 - Os acionistas gozam o direito de preferência na alienação de ações nominativas.

2 – O direito mencionado no número anterior será exercido da seguinte forma:

- a) O acionista que pretenda transmitir as suas ações deverá comunicar, por escrito, tal intenção ao conselho de administração, indicando a identidade do transmissário, bem como os termos e as condições da transmissão;
- b) Nos oito dias subsequentes à data de receção da notificação o conselho de administração dará a conhecer aos restantes acionistas o projeto de transmissão, por forma a que estes decidam, no prazo de oito dias a contar da receção da comunicação, se pretendem exercer o seu direito;

c) Quando mais do que um acionista pretenda exercer o seu direito de Preferência, serão os mesmos exercidos na proporção das ações de que cada acionista interessado seja titular.

3 – Se qualquer acionista transmitir as suas ações sem observar o estipulado neste artigo, ou tendo-o observado, altere os termos e as condições da transmissão, ou a pessoa do transmissário, a transmissão não produzirá quaisquer efeitos em relação à sociedade.

Artigo 8º

A sociedade poderá emitir obrigações, nos termos legais.

Artigo 9º

1 – A sociedade poderá adquirir, nos termos da lei, ações e obrigações próprias, e fazer sobre elas as operações mais convenientes para os interesses sociais.

2 – As ações próprias determinam a suspensão dos respectivos direitos e deveres enquanto se mantiverem nessa situação.

3 – A aquisição ou a alienação de ações próprias está sujeita às limitações imposta por lei.

III

Dos órgãos sociais

Artigo 10º

1- São órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o órgão de fiscalização, sendo o mandato dos membros do mesmo órgão coincidentes.

2- O mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de quatro anos, sendo renovado consecutivamente por iguais períodos até ao limite máximo de três renovações.

3- Os membros dos restantes órgãos sociais exercem as suas funções por quatro anos renováveis.

4- Conta-se como completo o ano civil em que os membros dos órgãos sociais foram eleitos, ficando obrigados a permanecer em funções até à sua efetiva substituição ou, no caso de renúncia, nos termos da lei comercial.

5- O exercício do cargo de administrador poderá, ou não, ser remunerado, por deliberação da assembleia geral, tomada dentro dos limites estabelecidos na lei aplicável.

B
H

Secção I
Da assembleia geral

Artigo 11º

- 1 – A assembleia geral é constituída pelos acionistas possuidores de pelo menos, 100 ações.
- 2 – Os acionistas possuidores de ações em número inferior ao mencionado no número anterior poderão agrupar-se de forma a satisfazer aquela condição e fazer-se representar por um dos agrupados.
- 3 – Poderão participar na assembleia geral, embora sem direito a voto, os acionistas possuidores de ações em número inferior a 100, os membros dos órgãos sociais, bem como todas as pessoas que a tal sejam autorizadas pelo presidente da mesa da assembleia geral.

Artigo 12º

Cada grupo de 100 ações dá direito a um voto.

Artigo 13º

- 1 – Podem os acionistas com direito a voto fazer-se representar por um membro do conselho de administração ou por outro acionista, bastando para o efeito uma carta autenticada e dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.
- 2 – Nenhum procurador pode representar mais do que um acionista.

Artigo 14º

A mesa da assembleia geral será composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Artigo 15º

Sem prejuízo do disposto na lei e no presente contrato, competirá em especial à assembleia geral:

- a) Eleger os membros da mesa de assembleia geral e o seu presidente;
- b) Eleger os membros do conselho de administração e designar, dentre eles, o seu presidente;
- c) Decidir, dentro dos limites estabelecidos na lei aplicável, sobre a remuneração dos membros do conselho de administração;
- d) Deliberar sobre o relatório anual de gestão e as contas do exercício;
- e) Deliberar sobre a alteração do contrato de sociedade;
- f) Deliberar sobre a integração e a internalização da empresa;

g) Deliberar sobre a dissolução, transformação, fusão ou cisão da empresa.

Artigo 16º

A convocação da assembleia geral é efetuada pelo presidente da mesa, por meio de carta registada enviada a cada acionista, ou, quanto aos acionistas que comuniquem previamente por escrito o seu consentimento, por correio eletrónico com recibo de leitura, com, pelo menos, 21 dias de antecedência.

Artigo 17º

1 - As deliberações da assembleia geral consideram-se válidas desde que aprovadas e tomadas por maioria do capital social.

2 - As deliberações sobre dissolução, fusão, cisão, transformação, integração, internalização ou relativas a assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, devem ser tomadas por votos de dois terços representativos do capital da sociedade.

Artigo 18º

A assembleia geral reúne obrigatoriamente até 31 de Março de cada ano, e poderá reunir ainda a pedido de um dos órgãos sociais ou de acionistas que representem, 5% do capital social.

SECÇÃO II

Do conselho de administração

Artigo 19º

1- A administração da sociedade é exercida por um conselho de administração, composto por três membros, exercendo um deles as funções de presidente, eleitos em assembleia geral.

2 - Ao Conselho de Administração cabem os poderes de gestão e de representação da sociedade que lhe foram cometidas por lei, pelo presente contrato e pelas deliberações dos acionistas.

3 - O Conselho de Administração poderá delegar num administrador executivo a gestão corrente da sociedade, devendo a delegação de delegação fixar os limites da mesma.

4 - Os membros do conselho de administração poderão ser dispensados de prestar caução se assim o deliberar a assembleia geral.

5- Aos membros do conselho administração aplica-se o Estatuto do Gestor Público.

Artigo 20º

- 1 – O conselho de administração reunirá sempre que o interesse social o exigir, mas pelo menos mensalmente, e poderá ser convocado pelo seu presidente ou por dois dos seus membros.
- 2 – O Conselho de administração só poderá deliberar se estiver presente ou representada a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos, tendo o presidente voto de qualidade.
- 3 – Qualquer administrador poderá fazer-se representar em cada reunião por outro administrador, sendo que os poderes de representação conferidos devem constar de carta dirigida ao presidente, enviada por correio, telecópia ou correio eletrónico, ou entregue pessoalmente, sendo válida apenas para uma reunião.

Artigo 21º

- 1 – A sociedade obriga-se perante terceiros:
 - a) Pela assinatura conjunta de dois administradores.
 - b) Pela assinatura do administrador executivo, quando exista, dentro dos limites da delegação
 - c) Pela assinatura de procuradores quanto os atos ou categorias de atos definidos nas respetivas procurações.
- 2 – Para atos de mero expediente e quando se trate de endosso de letras, recibos, cheques ou quaisquer outros documentos cujo produto de desconto ou de cobrança se destine a ser creditado em conta da sociedade aberta em qualquer instituição financeira, basta a assinatura de um administrador ou a assinatura de um mandatário com poderes para o efeito.

SECÇÃO III

Do órgão de fiscalização

Artigo 22º

- 1 – A fiscalização da sociedade ficará a cargo de um fiscal único, que obrigatoriamente será um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, designado pelas assembleias municipais dos municípios acionistas, sob proposta das respetivas câmaras municipais.
- 2 – O fiscal único terá sempre um suplente, que será também um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, designado nos termos previstos no número anterior.



Artigo 23º

1 - O Órgão de fiscalização tem a competência, os poderes e os deveres estabelecidos na lei e nestes estatutos.

2- Sem prejuízo das competências que lhe são atribuídas pela lei comercial ou outra legislação compete em especial ao fiscal único:

- a) Emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;
- b) Emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da sociedade e, sendo caso disso, proceder ao exame do plano previsional de mapas de demonstração de fluxos de caixa líquidos autorizados na ótica do equilíbrio plurianual dos resultados;
- c) Emitir parecer prévio sobre a celebração dos contratos- programa com os acionistas;
- d) Fiscalizar a ação do conselho de administração;
- e) Verificar, sempre que o julgue conveniente e pelo menos uma vez por mês, a regularidade dos livros e os registos contabilísticos da sociedade e os documentos que lhe servem de suporte;
- f) Participar aos órgãos competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da sociedade;
- g) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da sociedade, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- h) Remeter semestralmente aos órgãos executivos dos municípios acionistas, informação sobre a situação económica- financeira da sociedade;
- i) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a sociedade, a solicitação do conselho de administração;
- j) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do conselho de administração e contas do exercício;
- k) Emitir a certificação legal das contas;
- l) Pedir a convocação extraordinária da assembleia geral sempre que o entenda conveniente.



Artigo 24º

Poderão efetuar-se reuniões conjuntas do conselho de administração e do órgão de fiscalização, a pedido deste, sendo sempre convocadas e presididas pelo presidente do conselho de administração.

IV

Do balanço e contas

Artigo 25º

1- Os lucros líquidos apurados no balanço anual terão a seguinte aplicação: 10% para reserva legal, até ao limite previsto no número um, do artigo duzentos e noventa e cinco do Código das Sociedades Comerciais e o remanescente será distribuído de acordo com a deliberação da assembleia geral tomada, salvo disposição da lei em contrário, por maioria de dois terços.

2- É autorizado que, no decurso de um exercício, sejam feitos aos acionistas adiantamentos sobre os lucros, desde que observadas as seguintes regras:

- a) O Conselho de Administração, com o consentimento do órgão de fiscalização, resolva o adiantamento;
- b) A resolução do Conselho de Administração seja procedida de um balanço intercalar, elaborado com antecedência máxima de trinta dias e certificado pelo revisor oficial de contas, que demonstre a existência nessa ocasião de importâncias disponíveis para os aludidos adiantamentos, que deverão observar no que for aplicável, as regras dos artigos 32 e 33 do Código das Sociedades Comerciais, tendo em conta os resultados verificados durante a parte já decorrida do exercício em que o adiantamento é efetuado;
- c) Seja efetuado um só adiantamento no decurso de cada exercício e sempre na segunda metade deste;
- d) As importâncias a atribuir como adiantamento não excedam metade das que seriam distribuíveis, referidas na alínea b).

V

Disposições comuns

Artigo 26º

Os documentos de prestação de contas da sociedade, a elaborar anualmente com referência a 31 de Dezembro, são os seguintes, sem prejuízo de outros previstos na lei:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados;
- c) Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa;
- e) Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos;
- f) Relatório do conselho de administração e proposta de aplicação de resultados;
- g) Parecer do fiscal único.

Artigo 27º

- 1- A sociedade tem obrigatoriamente um sítio na Internet.
- 2- São publicados no sítio, e mantidos permanentemente atualizados, os seguintes documentos:
 - a) O contrato de sociedade e estatutos;
 - b) Estrutura do capital social;
 - c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;
 - d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
 - e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
 - f) Planos de atividades anuais e plurianuais;
 - g) Planos de investimento anuais e plurianuais;
 - h) Orçamento anual;
 - i) Documentos de prestação de contas e o parecer do fiscal único;
 - j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão;
 - k) Pareceres do fiscal único previstos nas alíneas a) a c), do nº 2 do artigo 23º.

Artigo 28º

Para todas as questões suscitadas entre acionistas e a sociedade, e emergentes do presente contrato, é exclusivamente competente o foro da comarca da sede da sociedade.

Artigo 29º

O ano social coincide com o ano civil.

Artigo 30º

- 1-A sociedade dissolve-se quando para isso haja causa legal.
- 2-A liquidação é efetuada nos termos da lei e das deliberações da assembleia geral.

